

*Proteção e Socorro: Um Estudo das Associações Mutualistas e Benéficas no Pós-Abolição*<sup>1</sup>

*Cláudia Maria Ribeiro Viscardi*<sup>2</sup>

Este trabalho tem por objetivo o estudo do associativismo urbano no contexto do pós-abolição e das primeiras duas décadas republicanas. Consiste no estudo de dois tipos de associação, muito comuns no período: as sociedades mutualistas, também conhecidas como de mútuo socorro - podendo ser formadas por imigrantes ou por nacionais - e as sociedades filantrópicas, ou seja, aquelas voltadas para as ações de beneficência e caridade, usualmente religiosas.

Na ausência de um Estado promotor do bem-estar social e de políticas de previdência, essas associações preenchiam uma importante lacuna, contribuindo para a implantação e a consolidação das relações capitalistas que foram sendo paulatinamente implantadas, após o fim do escravismo. Acredita-se que tais associações tenham cumprido um papel fundamental na sociedade civil, no momento em que surgiram e proliferaram. Além de proporcionar um amparo aos desvalidos dos mais diversos matizes, garantiam, mesmo que parcialmente, a aposentadoria dos trabalhadores, se constituíam como espaços de lazer e solidariedade, contribuíam como reforço de identidades coletivas e chegavam até a funcionar como instrumentos geradores de cidadania.

A escolha de Juiz de Fora como foco de análise não se explica tão somente pela disponibilidade e facilidade de acesso às fontes primárias que viabilizam a pesquisa. Somado a este fato, o município contou com um número muito significativo deste tipo de associação, na medida em que reuniu condições muito propícias ao seu advento. Por ser um importante pólo urbano e regional da zona leste de Minas, atraiu para si, após a abolição, um contingente significativo de libertos em busca de postos de trabalho e do usufruto das inúmeras benesses que a República anunciava. Ao mesmo tempo, a cidade recebeu um significativo fluxo migratório, proporcionalmente impactante. Passaram a disputar este mesmo espaço urbano, imigrantes alemães, italianos e portugueses, além dos trabalhadores livres nacionais e libertos. Por mais que a cidade se mostrasse economicamente próspera, dificilmente ofereceria condições adequadas para abrigar tantos trabalhadores, a maioria deles, desqualificados para o trabalho nas primeiras fábricas e nos precários estabelecimentos comerciais. O resultado disso foi a proliferação do desemprego, da orfandade, do desvalimento e, sobretudo, dos índices de criminalidade fartamente documentados pelos processos criminais.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa conta com o apoio da UFJF e do CNPQ, através da concessão de bolsas de iniciação científica.

<sup>2</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os excedentes econômicos gerados pelo café propiciaram a urbanização rápida do município de Juiz de Fora, então chamado, Santo Antônio do Paraibuna. A ausência de uma efetiva política fiscal, por parte do Governo Imperial, permitia que parte das riquezas aferidas pelo café fosse retidas em seu município de origem, fortalecendo o poder político dos potentados locais. Grandes fazendeiros de café puderam manter residências urbanas bem montadas ou investiram no conforto e na decoração de suas ricas fazendas, até hoje parcialmente conservadas.

A Câmara de Vereadores, no contexto Imperial e até meados da República, acumulava as funções executivas e legislativas do município. Com esse objetivo, atuou na elaboração e execução de leis de âmbito municipal - as posturas – com o fim de garantir os instrumentos indispensáveis ao crescimento econômico de Juiz de Fora. Tal investimento não se limitava à esfera normativa. Cabia à Câmara investir na edificação de uma infra-estrutura adequada ao desenvolvimento econômico da cidade, a exemplo da construção de usina hidrelétrica, de rodovias e ferrovias, de cemitério, matadouro municipal, bancos e etc. Assim, os recursos excedentes do café foram investidos no processo de criação de indústrias, de caráter tradicional (têxteis e alimentícias), de bancos, de uma estrutura imobiliária, de espaços de lazer para as elites e em mecanismos de proteção e contenção sociais.

As iniciativas estatais implementadas, com vistas a disciplinarização e higienização do espaço urbano, limitaram-se ao fortalecimento do aparato repressor, através da construção de cadeias e do aumento dos efetivos policiais, além da implementação de rígidos códigos de postura regulamentadores do lazer e do fazer cotidianos. Coube às igrejas e aos próprios trabalhadores (nacionais e imigrantes) a criação de mecanismos de proteção social que garantissem a sua sobrevivência. Proliferaram, neste contexto, um grande número de abrigos para mendigos, asilos para órfãos, hospitais, escolas e as associações de mútuo socorro.

A presente pesquisa, ainda em andamento, iniciou-se a partir de uma ação investigativa, cujo objetivo era identificar o maior número possível de associações, dada a ausência de quaisquer estudos prévios sobre este tema. Importante destacar que esta ausência não se aplica apenas para o caso de Juiz de Fora, mas também para todo o Brasil. Muito poucos são os estudos que se voltaram para o estudo do mutualismo e da beneficência no país, o que não ocorreu para o restante da América Latina e para a Europa.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Para estudos relativos ao mutualismo europeu ver: FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español em un barrio de Buenos Aires: San Jose de Flores (1890-1900). **Estudios migratorios latinoamericanos**. Buenos Aires: n. 13, 1989 e MARQUIEGUI, Dedier N. **Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: um enfoque comparado** (Lúján, 1876-1920). Studi Emigrazione. Roma, n. 115, 1994, entre outros. Para os estudos relacionados aos países latino-americanos ver: BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. In: **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: volume 21, n. 84, 1982 e DEVOTO, Fernando J. Lãs sociedades italianas de ayuda mutua de Buenos Aires y Santa Fé. Ideas y problemas. **Studi Emigrazione**. Roma: setembro de 1984, n. 75, entre outros. Para os estudos mais recentes sobre as mutuais brasileiras, destacamos: BATALHA, Cláudio H. M.

Acredita-se que as razões que levaram a este desinteresse encontram-se no preconceito estabelecido em relação a um tipo de associativismo que não tinha entre suas prerrogativas a de marcar uma oposição dos trabalhadores em relação aos abusos do capital. Tal preconceito acabou por resultar em análises que enfocaram o mutualismo como uma manifestação da pré-história do movimento sindical ou como um sindicalismo “amarelo”, de tom colaboracionista, em oposição a um sindicalismo “vermelho”, mais combativo. As poucas pesquisas já produzidas sobre o tema apontam para a inexistência de uma vinculação entre as mutuais e os sindicatos. Para o caso de Juiz de Fora, em que pese a proliferação de inúmeros sindicatos no período, não há nenhum indício de que eles tenham se constituído a partir de associações mutuais. Ao mesmo tempo, ainda não conseguimos identificar se estes dois tipos de associação se relacionavam de alguma forma. As mutuais eram constituídas a partir de objetivos muito diversos dos sindicatos. Sua missão era a de proteger o trabalhador e a sua família na velhice, na doença e na morte. Funcionavam mais próximos à realidade do que hoje chamamos “cooperatismo” do que de sindicalismo.

Nossas hipóteses asseveram que as associações de socorro mútuo foram criadas com o objetivo de se constituir em espaços de sociabilidade e lazer, de proteção e amparo aos necessitados e de fortalecimento de identidades coletivas. Que sua inserção no mundo do trabalho se dava com o objetivo de garantir emprego e amparo na ausência do emprego, assumindo um caráter mais colaborativo do que de oposição ao patronato. Assim sendo, muito poucas se transformaram em entidades sindicais. Com o estabelecimento de um mercado previdenciário, a partir das décadas de 1920 e 1930, o papel de amparo social foi paulatinamente assumido pelo Estado. Assim, coube às mutuais a tarefa de se constituírem em espaços de sociabilidade e lazer, tão somente.

Segundo levantamentos já realizados, até então, encontramos registros de cinquenta e cinco associações, as quais foram divididas em três grupos diferenciados, a saber: as de caráter leigo e profissional; as religiosas e as étnicas.<sup>4</sup>

---

Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo**. Campinas: UNICAMP, vol. 6, n. 10-11, 1999. BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n. 1, julho de 2000. KUSCHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996. LUCA, Tânia R. de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990. PETERSEN, Sílvia R. F. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. **Cadernos do ISP**, Pelotas: número 11, dezembro de 1997. SILVA JR., Adhemar L. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889) In: **Locus, Revista de História**, Juiz de Fora: EdUFJF, 1999, volume 5, número 2. VARGAS, Iolanda G. História da sociedade espanhola de socorros mútuos. Porto Alegre: Dissertação de mestrado, PUC-RS, 1979. JESUS, Ronaldo Pereira de. **O povo e a monarquia**: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889). São Paulo: USP, tese de doutorado, 2001.

<sup>4</sup> A divisão proposta tomou por base o caráter predominante das associações e não pode ser absolutizada. Muitas compartilhavam características em comum, apesar de pertencerem a grupos diferentes. O levantamento na imprensa encontra-se em andamento. Após concluí-lo, acredita-se que novas associações

Os resultados parciais denotam que as mutuais leigas e profissionais não se organizaram com o fim de defender e lutar por melhores condições de trabalho, como se pensava. Na realidade, tinham como função preencher um vazio deixado pela ausência de um Estado protetor, promotor de políticas de amparo e forjador de um mercado previdenciário. Em geral, sua duração é curta. Por problemas derivados da ausência de planejamento orçamentário ou pelas crises econômicas sucessivas do período, tinham o seu patrimônio comprometido e se extinguíam.

Algumas delas foram gerenciadas pelos potentados locais e contaram com um investimento financeiro significativo. Ao perceberem as dificuldades de sustentação da iniciativa, seus diretores reuniam-se e deliberavam pela dissolução da sociedade, repartindo entre os sócios o patrimônio acumulado. Como exemplo para este caso, podemos citar a “Minas Gerais – Sociedade Mútua de Pecúlios e Pensões”, presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sobre a qual temos notícia de sua liquidação em 1917. Já as de iniciativa dos próprios trabalhadores contavam com poucos recursos e tiveram duração efêmera. Com muita dificuldade conseguiam arregimentar sócios que se dispunham a gerenciá-la, havendo dificuldades no preenchimento de cargos e no estabelecimento de quorum para suas assembleias deliberativas. É comum encontrarmos uma perpetuação dos mesmos dirigentes na presidência dessas entidades, ou pela ausência de outros interessados, ou pelo esforço em manterem-se à frente das mesmas, usufruindo dos potenciais benefícios advindos do exercício do poder. Como exemplo desta situação podemos citar a Associação dos Irmãos Artistas.

Já as associações beneficentes e religiosas tinham um duplo objetivo. Servir como amparo aos desvalidos, contribuindo com a higienização do espaço urbano e atuar como alavanca de projeção social das elites locais, freqüentemente enaltecidas pelas vultosas doações destinadas a tais instituições. O reforço do status e do poder político derivado de tais ações explicam as significativas contribuições destinadas às mais diferentes obras de caridade existentes no município. A imprensa local era o maior instrumento de consolidação do status. Rotineiramente, eram publicados anúncios relacionando as quantias doadas às instituições e seus respectivos doadores, raramente anônimos. As entidades filantrópicas, por sua vez, sabiam usar deste instrumento em seu próprio benefício. Quando necessitavam de recursos, publicavam artigos apontando para as suas dificuldades e carências. Prontamente a elite local respondia, enviando ao próprio jornal suas contribuições, muitas vezes assaz significativas. Ao recebê-las, as associações mostravam-se agradecidas e homenageavam seus principais beneméritos, nomeando seus pavilhões com seus nomes ou expondo retratos de seus doadores mais destacados, compondo um panteão respeitado e enaltecido por todos.

O exemplo mais significativo do que estamos falando foi a Santa Casa de Misericórdia. Nascida de uma irmandade religiosa, o hospital sustentou-se ao longo dos anos, a partir de

---

sejam descobertas. Até então temos: 21 associações profissionais e leigas; 21 filantrópicas e religiosas e 13 étnicas.

significativas doações da elite local, acumulando um patrimônio invejável e conferindo honra e status a todos que para ela contribuía. O mesmo não se pode dizer de outra instituição de caridade, menos nobre, o Asilo João Emílio, destinado a meninas órfãs. Este se mantinha com muita dificuldade e o investimento da elite local em sua sustentação era mínimo. Nos momentos de extremada penúria, recorriam ao jornal solicitando recursos. Em resposta recebiam conselhos de como administrar melhor as suas contas, acrescidos de algumas doações bem mais modestas.

Interessante compararmos as relações estabelecidas entre essas duas instituições e o poder público municipal. Enquanto a Santa Casa exigia da Intendência recursos e isenções dos mais variados tipos, partindo do pressuposto de que o bem exigido lhe era de direito, o asilo assumia uma posição submissa e suplicante, recebendo o auxílio como uma benesse do Estado. O que explicaria tamanha distinção de trato? Se ambas as associações eram religiosas e católicas, por quê um tratamento tão diferenciado, por parte dos potentados locais? O que pudemos perceber até agora, com base na reflexão sobre os valores compartilhados pelas elites locais, é que era muito mais conveniente fazer a caridade aos pobres trabalhadores adoentados, através da construção e manutenção de um hospital, do que sustentar órfãs sadias, mas desocupadas. Ao mesmo tempo, a Santa Casa acabou por se tornar um hospital de qualidade, atraindo a própria elite local, que passou a tratar-se lá, naturalmente, em um pavilhão especialmente construído para tal. Ao mesmo tempo, a Santa Casa agregava o poder médico local, que teve presença marcante na ocupação de cargos públicos do município.

No que tange as associações de caráter étnico, elas tendem a se aproximar das condições de existência das mutuais leigas, destinadas aos trabalhadores brasileiros, com algumas especificidades. Funcionavam como verdadeiros aparelhos de reforço da identidade étnica, ameaçada pela sua imersão no “novo mundo”. Atuavam como importantes espaços de lazer e de composição de redes de solidariedade mútua em um contexto de muita adversidade.

Sua principal função era garantir o apoio aos seus compatriotas. Para isto, mantinham relações com o país de origem e com os consulados locais. Destacavam-se na promoção de festividades comemorativas, não muito comuns nas mutuais e associações anteriores, não só com vistas ao levantamento de fundos como, sobretudo, com o fim de proporcionar espaços de sociabilidade e de lazer, a reforçar seus vínculos étnicos. As mais importantes foram: as italianas (oito), as alemãs (duas) e as portuguesas (duas). Utilizavam-se largamente da imprensa para propagar suas festividades e comemorações. Nestas ocasiões, buscavam ter a presença das autoridades locais e de seus conterrâneos mais ilustres.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Para uma análise do funcionamento de algumas delas ver: BORGES, Célia M (org.) **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa teve início a partir do levantamento das associações existentes. Na medida em que as fontes foram permitindo, iniciamos um trabalho investigativo sobre algumas delas, sobre as quais existiam maiores referências. Para esses casos, buscamos focar as relações estabelecidas entre essas associações e o poder público municipal; entre elas e a elite econômica, intelectual e política de Juiz de Fora. Procuramos também focar suas relações com as instituições locais tais como as Igrejas, Consulados, escolas, etc. E delas entre si, o que tem sido mais difícil de perceber.

O viés teórico que inspira o presente trabalho utiliza o que chamamos de concepção ampliada de cultura. Ao analisarmos a vida cotidiana da população pobre de Juiz de Fora no pós-abolição, partimos do pressuposto de que estamos nos “apropriando” dos discursos dos despossuídos, ao mesmo tempo em que estamos nos “apropriando” do discurso dos demais setores sociais a eles relacionados, direta ou indiretamente. Para tal, nos aproximamos conceitualmente das abordagens de Chartier<sup>6</sup>, incorporando suas críticas às demais concepções de cultura. Da História Cultural Inglesa, retiramos os principais paradigmas metodológicos de nossa pesquisa. Nos referimos às concepções de E. P. Thompson<sup>7</sup>, herdeiro das tradições marxistas inglesas, que soube associar o estudo da cultura, em sua dimensão mais ampla, às lutas sociais dos trabalhadores ingleses do século XVIII. No contexto da industrialização britânica, no período de formação do capitalismo, o autor se preocupou em tratar das formas alternativas de manifestação de interesses das classes dominadas e seu esforço em construir identidades e valores coletivos. Muito embora tais mobilizações não tivessem caráter revolucionário, ou se limitassem a expressões de demandas pragmáticas, eram reveladoras de uma singularidade e de uma identidade em construção. Daí este trabalho inserir-se na abordagem da “História vista de baixo” de Thompson.

A importância da “História vista de baixo” foi muito bem explicitada pelo inglês Jim Sharpe:

*“Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo à história da elite (...). A segunda é que, oferecendo essa abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história”.*<sup>8</sup>

Ao optarmos pelo estudo das formas alternativas de associação dos despossuídos, mantemo-nos atentos em perceber como nossos atores resistiram às normas impostas, de que forma compartilharam valores e como se diferenciaram do conjunto, fortalecendo caracteres comuns.

---

<sup>6</sup> CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

<sup>7</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional, São Paulo: Cia das Letras, 1998 e THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**, Campinas: Unicamp, 2001

Fenômenos esses inseridos na conjuntura de transição para o Capitalismo no Brasil, em uma cidade marcada por intensa urbanização, relativa industrialização e por um processo imigratório proporcionalmente significativo. Importantes também têm sido a utilização de alguns conceitos de Pierre Bordieu, principalmente quando analisamos as relações das associações entre si e delas com a sociedade política local. Os conceitos de campo político e de capital simbólico do autor têm sido muito úteis para o entendimento das relações que são estabelecidas.<sup>9</sup>

Nossas fontes principais de pesquisa têm um caráter bastante diversificado, o que tem sido muito positivo. No Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora, já foram coletadas documentações relativas à política de higiene e saúde do município; aos serviços de amparo aos mendigos, presos, indigentes e vadios; aos hospitais do Lazareto e Santa Casa; aos documentos relativos às associações étnicas portuguesa, alemãs e italianas. No Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, existe uma coleção específica de uma mutual leiga conhecida como Associação Beneficente Irmãos Artistas. O acervo é muito rico e permite um aprofundamento da pesquisa, cumprindo integralmente os objetivos propostos, para o caso desta associação em particular. Constam estatutos, atas, relatórios e correspondências diversas. Posteriormente, planejamos examinar os inventários post-mortem, lá disponíveis e organizados, para verificarmos a relação dos bens deixados para as associações, principalmente as de caráter beneficente.

O que tem se revelado como um conjunto documental muito rico para o desenvolvimento do tema é a imprensa. Os jornais do período abriam sempre seu espaço para as associações divulgarem seus avisos, suas atividades e, eventualmente, suas atas. A coleção se encontra no Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Este levantamento está em andamento e, dada a quantidade de notícias encontradas, tende a estender-se por um bom período de tempo.

Há ainda a possibilidade de trabalharmos com fontes cartoriais para termos acesso aos estatutos de algumas associações. Este conjunto documental ainda não foi consultado. Por fim, existe farta documentação no acervo da Santa Casa de Misericórdia que permite, por si só, uma pesquisa aprofundada sobre a instituição. Dados sobre ela já foram coletados no Arquivo Histórico do Seminário Santo Antônio, que guarda documentos sobre a Irmandade Nosso Senhor dos Passos, responsável pela criação e gestão do referido hospital.

Pelo que vimos até agora, este conjunto documental nos permite ter acesso a poucas informações sobre um conjunto muito vasto de associações. Por um lado, com base nele, será possível elencar as associações referenciadas, com poucos dados sobre cada uma delas. Por outro lado, o conjunto documental permitirá aprofundar a pesquisa sobre algumas associações específicas,

---

<sup>8</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo IN:--- BURKE, Peter (org) **A escrita de História: novas perspectivas**, 2ed, São Paulo: Unesp, 1992, p. 53 e 54.

<sup>9</sup> BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, Rio de Janeiro :Bertrand do Brasil, 1989.

sobre as quais dispomos de uma documentação mais volumosa e detalhada. Até então são elas: Santa Casa de Misericórdia, Asilo João Emílio, Associação dos Irmãos Artistas, Sociedade Real Portuguesa, Associação Brasileira-Alemã e Sociedade Humberto Primo. Para essas será possível atender amplamente aos objetivos propostos. Sobre as demais, disponibilizaremos as pequenas informações encontradas, só a título de mapeamento de sua existência.